

234 15
C



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Cabine Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 139374-2/03 – Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Alice de Araújo Paiva e outros.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. REJEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Como claramente consta da ementa do acórdão embargado, todos os pontos controvertidos indicados nestes embargos foram enfrentados oportunamente, não no sentido de garantir o direito requerido na origem, mas tão somente em garantir o direito abstrato de ação, após afastar a prescrição do fundo de direito originariamente reconhecida, tudo diante da viabilidade jurídica do pedido, ao menos em tese, já que o julgamento terminativo no apelo determinou o destrancamento do processo para seguimento regular, enfrentando-se explicitamente os arts. 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189, 197 e 198 do CC, como também os comandos das Súmulas nºs 443 do STF e 85 do STJ, os quais não se entenderem vulnerados. 2. Aclaratórios à unanimidade improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração nº 139374-2/03, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça em sessão desta data, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos dos votos, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de dezembro de 2009


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Sala 100 - 1º andar
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 139374-2/03 – Comarca do Recife

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargados: Alice de Araújo Paiva e outros.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão de minha lavra lançado nos autos do recurso de agravo apensado, assim ementado:

RECURSO DE AGRAVO. ADMINISTRATIVO E CIVIL. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DIFERENÇA SALARIAL A TÍTULO DE REGRA DE PARIDADE. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO RATIFICADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Os agravantes têm ao menos em tese direito à diferença salarial reclamada a título de isonomia, a relação jurídica claramente é trato sucessivo, de modo que não se opera a prescrição do fundo de direito na espécie, senão de eventuais verbas retroativas superiores ao quinquênio previsto no art. 1º do Decreto. 20.910/32, nos termos da Súmula nº 85 do STJ. 2. Não vulneração dos arts. 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189, 197 e 198 do CC, como também dos comandos das Súmulas nºs 443 do STF e 85 do STJ. 3. Integrativo à unanimidade improvido.

Segundo a embargante, a LCE nº 03/90 seria norma de efeitos concretos, a implicar na prescrição do próprio fundo de direito reclamado em defesa e rejeitado no julgado ora embargado, prequestionando explicitamente os arts. 1º do Decreto nº 20.910/32 e 189, 197 e 198 do CC, ditos violados, além de colacionar jurisprudência das Cortes excepcionais em sentido dito contrário aos termos do mesmo julgamento, em alinhamento com as Súmulas nºs 443 do STF e 85 do STJ.

É o relatório.

VOTO

Nada há que ser aclarado no caso concreto em julgamento.

Como claramente consta da ementa do acórdão supra, todos os pontos controvertidos indicados foram enfrentados oportuna e explicitamente, no sentido não de garantir o direito requerido na origem, mas tão somente em garantir o direito abstrato de ação, diante da viabilidade jurídica do pedido, ao menos em tese, já que o julgamento terminativo no apelo determinou o destrancamento do processo para seguimento regular.

Desse modo, já havendo explicitação anterior em relação a todos os temas nesta sede abordados, nego provimento aos presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator